

Módulo 6 de Filosofia

Filosofia Política

Conteúdos

Acerca deste Módulo	1
Como está estruturado este Módulo.....	1
Habilidades de aprendizagem	3
Necessita de ajuda?	3
Lição 1	5
Noção da Política e sua relação com a filosofia política	5
Introdução.....	5
Noção da política e sua relação com a filosofia política	5
Resumo	7
Actividades	8
Avaliação	9
Lição 2	10
Noções sobre Estado/ Nação, elementos do Estado e símbolos Nacionais	10
Introdução.....	10
Ética política.....	10
Resumo	12
Actividades	13
Avaliação	14
Lição 3	15
Participação política dos cidadãos Direitos Humanos e justiça social	15
Introdução.....	15
Participação política dos cidadãos.....	15
Direitos humanos e justiça social	16
Resumo	17
Actividades	18
Avaliação	19
Lição 4	20
Estado de direito e suas funções	20
Introdução.....	20
Estado de direito e suas funções.....	20

Resumo	21
Actividades	21
Avaliação	22
Lição 5	23
Filosofia política na Antiguidade Os Sofistas, Platão e Aristóteles	23
Introdução.....	23
Os Sofistas.....	23
Platão (428 – 347)	24
Aristóteles(384 – 322).....	25
Resumo	27
Actividades	28
Avaliação	29
Lição 6	30
Filosofia política na Idade Média Santo Agostinho e São Tomás de Aquino	30
Introdução.....	30
Santo Agostinho	30
São Tomás de Aquino	31
Resumo	32
Actividades	33
Avaliação	34
Lição 7	35
Filosofia política na Idade Moderna	35
Introdução.....	35
Pensamento político em Thomas Hobbes (1588-1679)	36
Pensamento político em John Locke (1632 – 1704)	36
Pensamento político em Jean- Jacques Rousseau (1712 – 1778).....	37
Resumo	38
Actividades	39
Avaliação	41
Lição 8	42
Pensamento Político de Nicolau Maquiavel e Charles de Montesquieu	42
Introdução.....	42
Nicolau Maquiavel (1469-1527)	42
Charles de Montesquieu (1689 -1755).....	43
Resumo	45
Actividades	46
Avaliação	47
Lição 9	48
Filosofia política na época contemporânea.....	48
Introdução.....	48

John Rawls	48
Karl Popper (1902 – 1994)	49
Resumo	50
Actividades	51
Avaliação	52
Lição 10	53
Formas de sistemas políticos (Regimes políticos e sistemas do governo)	53
Introdução.....	53
Formas de sistemas políticos.....	54
Sistemas de governo.....	55
Resumo	56
Actividades	57
Avaliação	58
Soluções	59
Lição 1	59
Lição 2	59
Lição 3	59
Lição 4	60
Lição 5	60
Lição 6	61
Lição 7	61
Lição 8	62
Lição 9	63
Lição 10	63
Teste Preparação de Final de Módulo.....	64
Introdução.....	64
Guia de correcção do teste de preparação.....	69



Acerca deste Módulo

Módulo 6 de Filosofia

Como está estruturado este Módulo

A visão geral do curso

Este curso está dividido por módulos autoinstrucionais, ou seja, que vão ser o seu professor em casa, no trabalho, na machamba, enfim, onde quer que você deseja estudar.

Este curso é apropriado para você que já concluiu a 10ª classe mas vive longe de uma escola onde possa frequentar a 11ª, 12ª classes, ou está a trabalhar e à noite não tem uma escola próxima onde possa continuar os seus estudos, ou simplesmente gosta de ser auto didacta e é bom estudar à distância.

Neste curso à distância não fazemos a distinção entre a 11ª e 12ª classes. Por isso, logo que terminar os módulos da disciplina estará preparado para realizar o exame nacional da 12ª classe.

O tempo para concluir os módulos vai depender do seu empenho no auto estudo, por isso esperamos que consiga concluir todos os módulos o mais rápido possível, pois temos a certeza de que não vai necessitar de um ano inteiro para concluí-los.

Ao longo do seu estudo vai encontrar as actividades que resolvemos em conjunto consigo e seguidamente encontrará a avaliação que serve para ver se percebeu bem a matéria que acaba de aprender. Porém, para saber se resolveu ou respondeu correctamente às questões colocadas, temos as respostas no final do seu módulo para que possa avaliar o seu despenho. Mas se após comparar as suas respostas com as que encontrar no final do módulo, tem sempre a possibilidade de consultar o seu tutor no Centro de Apoio e Aprendizagem – CAA e discutir com ele as suas dúvidas.

No Centro de Apoio e Aprendizagem, também poderá contar com a discussão das suas dúvidas com outros colegas de estudo que possam ter as mesmas dúvidas que as suas ou mesmo dúvidas bem diferentes que não tenha achado durante o seu estudo mas que também ainda tem.

Conteúdo do Módulo



Cada Módulo está subdividido em Lições. Cada Lição inclui:

- Título da lição.
- Uma introdução aos conteúdos da lição.
- Objectivos da lição.
- Conteúdo principal da lição com uma variedade de actividades de aprendizagem.
- Resumo.
- Actividades cujo objectivo é a resolução conjunta consigo, estimado aluno, para que veja como deve aplicar os conhecimentos que acaba de adquirir.
- Avaliações cujo objectivo é de avaliar o seu progresso durante o estudo.
- Teste de preparação de Final de Módulo. Esta avaliação serve para você preparar-se para realizar o Teste de Final de Módulo no CAA.



Habilidades de aprendizagem



Estudar à distância é muito diferente de ir à escola pois quando vamos à escola temos uma hora certa para assistir às aulas ou seja para estudar. Mas no ensino à distância, nós é que devemos planejar o nosso tempo de estudo porque o nosso professor é este módulo e ele está sempre muito bem disposto para nos ensinar a qualquer momento. Lembre-se sempre que “*o livro é o melhor amigo do homem*”. Por isso, sempre que achar que a matéria está a ser difícil de perceber, não desanime, tente parar um pouco, reflectir melhor ou mesmo procurar a ajuda de um tutor ou colega de estudo, que vai ver que irá superar todas as suas dificuldades.

Para estudar à distância é muito importante que planeie o seu tempo de estudo de acordo com a sua ocupação diária e o meio ambiente em que vive.

Necessita de ajuda?



Ajuda

Sempre que tiver dificuldades mesmo após discutir com colegas ou amigos achar que não está muito claro, não tenha receio de procurar o seu tutor no CAA, ele vai ajudá-lo a superá-las. No CAA também vai dispor de outros meios como livros, gramáticas, mapas, etc., que lhe vão auxiliar no seu estudo.



Lição 1

Noção da Política e sua relação com a filosofia política

Introdução

Caro estudante, depois de no módulo nº 1 termos discutido consigo sobre a noção de filosofia, nesta lição você vai estudar a filosofia política. Como sabe, ela faz parte da área da disciplina de filosofia. Assim, você vai ter o prazer de aprender a definição de política e relacionar a política com a filosofia política.

Ao concluir esta lição você será capaz de:

- *Definir* etimologicamente Política.
- *Distinguir* a política da Filosofia política.



Objectivos

Noção da política e sua relação com a filosofia política

Caro aluno, não pode estudar as várias vertentes da política sem saber o que é a política, ou seja, sem saber o que significa a palavra política. No começo desta lição vamos definir a política a partir da sua etimologia.

Definição etimológica da política

O conceito «Política» na palavra grega «polis» que significa cidade. Política significa, etimologicamente, a arte de administrar (governar) a cidade.

O termo «política» foi usado durante séculos para designar principalmente as obras dedicadas ao estudo das coisas que se referem ao Estado (res publicam – república). Segundo Aristóteles, política é arte de governar, ou seja a ciência do governo.

O conceito política, entendido como forma de actividade humana, está ligado ao poder. E segundo Norberto Bobbio, existem três formas de poder: económico, ideológico e político.

Poder económico- tem a ver com a posse de bens.



Poder ideológico – baseia-se na influência que os detentores do poder exercem sobre os demais, determinando-lhes comportamentos.

Neste caso, quando falamos de detentores referimo-nos aos sacerdotes, pastores e líderes.

Poder político – é a faculdade que um povo possui de, por autoridade própria, instituir os órgãos que exerçam a governação de um território e nele criem e imponham normas jurídicas, dispondo de meios de coação.

Diferenças entre a política e a filosofia política

A nossa lição continua. Desta vez, vamos procurar entender a relação que existe entre a filosofia política e a política.

Existe um ponto comum entre a política e a filosofia política. O elemento comum é que tanto a política assim como a filosofia política tratam da própria política enquanto ciência ou arte de governar. Porém existem diferenças entre elas: A política enquanto ciência trata das estruturas políticas, da organização política, da composição dos partidos, das estratégias eleitorais, estuda a acção governamental (planos estratégicos do governo), estuda as reacções dos governados perante as entidades governamentais. A filosofia política ocupa-se em perceber a essência política, analisa as condições da emergência da coisa pública (res publica), a melhor forma da comunidade política (Estado), os fundamentos da justiça social, a justificação e a legitimação do poder e do Estado, a questão da explicação das desigualdades entre homens na mesma comunidade política.

É esta diferença que podemos encontrar, entre a política e filosofia política



Resumo



Resumo

Nesta lição você aprendeu que:

- Política vem do grego polis que significa cidade. E que, o sentido etimológico desta expressão qualifica aquilo que diz respeito a vida colectiva de um conjunto de cidadãos.
- Na relação entre política e filosofia política tanto a política como a filosofia política convergem no mesmo assunto, quando ambos tratam da própria política enquanto ciência ou arte de governar. Mas também divergem em outros pontos, com por exemplo, a política trata das estruturas políticas, da organização política, enquanto que a filosofia política trata da essência política, isto é, as melhores formas de governação, para deixar o cidadão feliz, problemas da justiça social, a redistribuição da riqueza, entre outras.



Atividades



Atividades

Então, o caro aluno, será que aprendeu o que lhe foi exposto até aqui? Para comprovar, responda às seguintes perguntas:

I

1. Como se define política etimologicamente?
2. Como é que Aristóteles entendia a política?
3. A política, tratando-se da relação de uns com os outros na sociedade, requer exercício de certos poderes. Mencione os poderes que conhece que podem ser exercidos na sociedade.

Conseguiu responder a todas perguntas? Claro que sim! Agora consulte a chave de respostas que lhe é dada de seguida!

1. A palavra política vem do grego, polis que significa cidade. Portanto política é a arte de governar a cidade.
2. Aristóteles definiu Filosofia como arte de governar, ou seja, ciência do governo.
3. Na sociedade podemos encontrar três tipos de poderes: Poder religioso, económico e poder político.

II

1. Qual é o ponto comum entre a política e a filosofia política?
2. Mencione três pontos de que a política trata e outros três que são tratados pela filosofia política.

Conseguiu responder a todas perguntas? Claro que sim! Agora consulte a chave de respostas que lhe é dada de seguida!

1. Tanto a filosofia política como a política tratam da própria política enquanto ciência ou arte de governar
2. A política trata das estratégias eleitorais, da organização política, das estruturas políticas enquanto que a Filosofia política trata da essência política, os fundamentos da justiça social, da melhor forma da organização política, a redistribuição da riqueza.



Avaliação



Avaliação

Responda às questões que lhe são colocadas a seguir:

1. Assinale com X a opção correcta nas seguintes questões:
 - a) A palavra «política», vem do grego «polis» que significa...
A. Aldeia. **B.** Polis. **C.** Cidade. **D.** Bairro.
 - b) Encontrar a melhor forma da comunidade política significa...
A. Roubar os outros.
B. Fomentar guerras.
C. Criar condições de paz e felicidade.
D. Praticar a tirania.
2. Como é que Aristóteles define política?
3. Em que consiste o poder político numa sociedade?

Respondeu correctamente às questões! Agora confronte as suas respostas com as soluções que se encontram no fim do módulo.



Lição 2

Noções sobre Estado/ Nação, elementos do Estado e símbolos Nacionais

Introdução

Depois de ter aprendido a definição de política e a relação entre a política e a filosofia política, agora vamos reflectir juntos se de facto podemos encontrar Ética na política, ou se a política pauta pela ética? Esta reflexão constitui a primeira parte da lição.

Na segunda parte da lição vamos discutir os conceitos de Estado, Nação, Elementos do Estado e símbolos Nacionais.

Ao concluir esta lição você será capaz de:



Objectivos

- *Identificar as bases éticas/morais.*
- *Definir Estado,*
- *Definir Nação,*
- *Definir Elementos do Estado,*
- *Definir símbolos Nacionais.*

Caro aluno, a ética é uma reflexão sobre a moral e a moral é a prática da ética. Esta revisão ajuda a reflectir sobre a ética política

Ética política

Caro aluno, é possível aliar a ética à prática política? Haverá alguma relação entre o acto moral e a política?

Em quase todas as sociedades parece haver uma aceitação de que o político deve comportar-se à margem da moral. O que não é permitido na sociedade em geral, é pelo menos tolerável quando se trata de um político.

Esses comportamentos não podem ser aceites politicamente. O político deve comportar-se eticamente nas suas acções políticas; a política deve estar assente em bases morais.



Quando se fala da moral em política refere-se à moral social e não à moral individual; a moral no que concerne às acções de um indivíduo e que interferem na esfera das actividades de outros indivíduos.

Como vê, os políticos não são autorizados eticamente a fazer aquilo que bem entendem, mas sim antes de o praticarem devem chamar a voz da razão para julgar primeiro se é correcto praticar o acto ou não.

Noções básicas sobre Estado/Nação, Elementos do Estado, Símbolos Nacionais

Caríssimo estudante, já teve a ocasião de estudar nas classes anteriores, principalmente na disciplina da moral os conceitos patentes no título. Hoje também vai ter a oportunidade de relembrar, visto que são de grande importância para a sua vida estudantil. Como se define cada um deles?

Vamos definir juntos.

Estado – Estado é a sociedade organizada, dotada de um governo e considerada como instância moral face às outras sociedades organizadas de modo semelhante. O Estado implica a existência de instituições políticas, jurídicas, militares, administrativas. O território do Estado inclui todas as divisões administrativas.

Nação - é a versão moderna da comunidade política (Estado). A Nação ou Estado detém o princípio de soberania. (absolutamente independente; um povo livre).

Elementos do estado

Os elementos do Estado são:

Governantes - Aqueles que governam.

Governados - O cidadão comum.

Constituição - É a lei fundamental que regula os direitos, deveres e garantias dos cidadãos em relação ao Estado e a organização política de um país.

Símbolos nacionais.

Os símbolos nacionais são:

- Bandeira nacional.
- Hino Nacional.
- Emblema da República.



Governo – é o conjunto de pessoas que detém cargos oficiais e que exercem autoridade em nome do Estado e que lhe foi conferida pelo povo.

Resumo



Resumo

Nesta lição você aprendeu que:

- A política deve ter como sua base a moral. A política não se deve dissociar da moral.
- Os políticos nas suas ações devem compactuar-se com a moral.
- Os elementos do Estado são: Governantes, governados e a constituição.
- Os símbolos nacionais são: Bandeira Nacional, Emblema da República e Hino Nacional.



Actividades



Actividades

Responda às questões seguintes com base na lição dada:

I

1. Como é que o político deve comportar-se nas suas acções políticas?
2. Quando se fala da moral em política refere-se à moral social e não à moral individual.

Fundamente esta afirmação com base na lição que aprendeu.

Conseguiu responder a todas perguntas? Claro que sim! Agora consulte a chave de respostas que lhe é dada de seguida!

1. O político nas suas acções políticas não pode agir à margem da moral. Ele deve ter em conta a ética/moral. Portanto, qualquer acção política que se pauta fora da moral é errada.
2. Quando se fala da moral em política não se trata da moral individual, mas sim a moral social visto que qualquer acção que o ser humano pratica individualmente acaba interferindo na esfera da vida dos outros indivíduos. Por exemplo, se você bate no filho de alguém, não somente mexe com a vida daquele individuo em que bateu, mas acabou mexendo com a vida de toda a sua família.

II

Vamos resolver juntos o exercício que se segue:

1. Mencione os elementos do Estado.
2. Defina Estado.
3. Dentro de um Estado o que é Governo?

Conseguiu responder a todas perguntas? Claro que sim! Agora consulte a chave de respostas que lhe é dada de seguida!

1. Os elementos do Estado são: Governantes; governados e a constituição.
2. Estado é o conjunto de todos os elementos que envolvem uma sociedade organizada: população, território, poder soberano.
3. Dentro do estado, governo é o conjunto de pessoas que detém cargos oficiais e que exerce autoridade em nome do Estado e que lhe foi conferida pelo povo.



Avaliação



Avaliação

Responda às questões seguintes com base na lição dada:

1. O que significa comportar-se eticamente em política?
2. Qual é a relação entre a ética e a política?
3. Complete as frases que se seguem com a alínea correcta
 - a) *Quando se fala da moral em política não se trata da moral individual porque em política a moral sempre é...*
A. É egoísta. **B.** É Social. **C.** É perigosa. **D.** É de humana.
 - b) *Um dos elementos do Estado é...*
A. Bandeira nacional. **B.** Constituição.
C. Estado **D.** Emblema da república.
4. O que é um governo?

Conseguiu responder a todas perguntas? Claro que sim! Agora consulte as soluções que se encontram no fim deste módulo.



Lição 3

Participação política dos cidadãos Direitos Humanos e justiça social

Introdução

Na lição anterior discutimos sobre noções básicas de Estado/Nação, elementos do Estado, símbolos Nacionais dentro de um Estado. Nesta lição vamos falar como mostra claramente o tema, de como é que um cidadão pode participar activamente na vida política. Vamos também tratar dos direitos humanos, e saber o que é, concretamente, um direito humano. Não nos esqueceremos também de tratar da justiça social e sua relação com os direitos humanos.

Ao concluir esta lição você será capaz de:

- *Identificar* as várias formas de participação política na sociedade;:-
- *Definir* direitos humanos;
- *Diferenciar* a justiça social dos direitos humanos.



Objectivos

Participação política dos cidadãos

Antes de começarmos a discussão deste assunto, sugerimos uma breve reflexão sobre o seguinte: Alguma vez já participou num debate público? De que tratava? Se participou, então estamos num bom caminho.

Quando se fala de participação política do cidadão, uma das formas é essa – os debates públicos. É nos debates públicos onde o cidadão expõe as suas ideias, dá as suas opiniões com vista ao melhoramento e ao bem estar da sua sociedade. A outra forma de participação do cidadão na política é exercendo o seu direito de voto. Portanto, se você está em idade de votar, tem mais uma oportunidade de participar na política. E mais ainda, a outra forma de participação na política do cidadão é fazer parte de um partido político, porque é a partir desse partido que você poderá contribuir com as ideias comuns do partido com vista ao melhoramento da sua sociedade. Portanto, caro aluno, são estas, entre outras, as formas de participação política.



Direitos humanos e justiça social

Direitos humanos

Esta lição é interessante não acha? Sempre que nos encontramos em apuros exigimos os nossos direitos. E é muito bom que assim seja. Mas o que são direitos? Consegue responder a esta pergunta?

Direito é tudo aquilo que nos pertence e que precisamos de tê-lo. E portanto os direitos humanos são um conjunto de princípios essenciais à existência humana condigna e que apelam a um reconhecimento mútuo entre homens enquanto seres de direito. Entre tantos direitos humanos que o ser humano tem, os básicos são: direito a vida, a saúde, boa alimentação, a educação.

A declaração universal dos direitos humanos foi adoptada pela ONU a 10 de Dezembro de 1948.

Justiça social

A Justiça social preconiza a redistribuição equitativa do bem comum, a distribuição justa do rendimento ou da riqueza de acordo com as necessidades das pessoas. Por isso, há uma relação estreita entre os direitos humanos e justiça social, uma vez que a justiça social preconiza a criação de condições razoáveis para a existência humana: onde não se respeitam os direitos humanos humanos não há justiça social e vice-versa.



Resumo



Resumo

Nesta lição você aprendeu que:

- O cidadão deve participar de forma activa nas questões políticas da sua sociedade.
- As formas de participação do cidadão na vida política é dando opiniões sobre como deviam ser encaminhados certos casos que inquietam a sociedade; participar nos debates públicos, exercer o direito de voto.
- Os direitos humanos são a condição indispensável para uma vida condigna do ser humano.
- A justiça social está mais ligada a condição económico-social – A redistribuição da riqueza material.
- Há uma relação estreita entre os direitos humanos e a justiça social visto que onde não justiça social também não existe direitos humanos e vice-versa.



Actividades



Actividades

Vamos resolver juntos o exercício que se segue:

1. Na sua sociedade (moçambicana) quem são os que devem participar na vida política?
2. De que forma o cidadão moçambicano pode participar na vida política?

Conseguiu responder a todas perguntas? Claro que sim! Agora consulte a chave de respostas que lhe é dada de seguida!

1. **R1:** Na minha sociedade (moçambicana), todos são chamados a participarem activamente na vida política (obedecendo a idade se for o caso de exercer o direito de voto).
2. **R2:** O cidadão pode participar na vida política do seu país, pertencendo a um partido, elegendo e sendo eleito, dando ideias para o melhoramento das condições da sociedade.

Vamos resolver juntos o exercício que se segue:

1. Dê exemplo de uma violação dos direitos humanos.
2. Qual é a relação que existe entre direitos humanos e justiça social?

Conseguiu responder a todas perguntas? Claro que sim! Agora consulte a chave de respostas que lhe é dada de seguida!

1. **R1:** Entre tantas formas de violação dos direitos humanos é a falta de liberdade de expressão, falta de água potável para as populações, falta de assistência médica.
2. **R2:** Na mesma ordem de ideias da primeira questão, se numa sociedade dissemos que há falta de água potável para todos, comida para todos, ao mesmo tempo estamos a dizer que nessa sociedade há falta de justiça social. Portanto, onde não há direitos humanos não há justiça social.

Avaliação



Avaliação

Uma vez que percebeu a lição, responda ao questionário que se segue:

1. Assinale com (F) se for falsa, ou (V) se for verdadeira.
 - A. A participação política é para quem quer__
 - B. Participam na vida política somente os velhos__
 - C. Contribuir para o bem estar do povo é contribuir na vida política__
 - D. Ser membro de um partido não é participar na vida política__
2. Complete a frase seguinte com a alínea correcta.

Um dos direitos humanos é...

- a) A vida
- b) Odeia os outros
- c) Impedir a liberdade de expressão
- d) Violentar fisicamente ou psicologicamente as pessoas

Conseguiu responder a todas perguntas? Claro que sim! Agora consulte as soluções que encontram no fim do módulo.



Lição 4

Estado de direito e suas funções

Introdução

Na lição número 3 você teve a ocasião de aprender os direitos humanos e justiça social. Assim, nesta lição, você vai aprender o que é um Estado de direito e as suas funções.

Ao concluir esta lição você será capaz de:



Objectivos

- *Identificar* as características de um Estado de direito.
- *Mencionar* as funções de um Estado de direito.

Estado de direito e suas funções

Estado de direito

Mas o que é um Estado de direito? Quando é que podemos afirmar que estamos perante um Estado de direito?

Um Estado de direito é aquele em que todos os membros dessa sociedade estão submetidos à mesma lei e ninguém está acima dessa mesma lei. Num Estado de direito, há respeito pela hierarquia das normas, separação de poderes e por conseguinte há respeito pelos direitos fundamentais.

Funções do Estado

Qual é a função que desempenha o Estado?

Para compreendermos melhor a função do Estado vamos compará-lo com uma família.

Uma boa família é aquela em que os pais prestam os cuidados necessários aos filhos e estes cumprem as orientações dos pais de uma forma crítica. De um modo geral, são consideradas três funções do Estado: segurança, justiça e bem-estar.



Resumo



Resumo

Nesta lição você aprendeu que:

- Num Estado de direito todos os membros do Estado são submetidos a mesma lei.
- Num Estado de direito ninguém está acima da lei (a constituição).
- Num Estado de direito existe separação dos poderes.
- A função do Estado é segurança justa e bem-estar.

Actividades



Actividades

Vamos responder juntos à esta questão:

1. Quais são as características de um estado num Estado de direito?
2. Quais são as funções do estado num estado de direito?

Conseguiu responder à pergunta? Claro que sim! Agora consulte a chave de correcção que lhe é dada de seguida!

1. **R1:** Num Estado de direito todos os membros são submetidos a mesma lei e ninguém está acima dessa mesma lei, há separação dos poderes: judicial, legislativo e executivo.
2. **R2:** As funções do Estado num Estado de direito são de garantir a segurança, justiça e o bem-estar.

Muito bem, chegados a esta fase, nada melhor que você sozinho medir o seu grau de assimilação dos conteúdos aprendidos, respondendo às questões abaixo.



Avaliação



Avaliação

1. Estado de direito encontra-se dividido em três poderes. Mencione-os e indique a tarefa de cada um deles.
2. O que é que garante para o Estado a separação dos poderes?
3. Mencione as funções do Estado.

Respondeu perfeitamente as questões. Agora compare as suas respostas com as soluções que se encontram no fim do módulo.



Lição 5

Filosofia política na Antiguidade Os Sofistas, Platão e Aristóteles

Introdução

Caro aluno, depois ter estudado a lição sobre o Estado de Direito e suas funções, agora tem a oportunidade de conhecer o percurso histórico da filosofia política.

Por isso, nesta lição vamos estudar a filosofia política na idade antiga, onde temos como representantes máximos, primeiro, os sofistas de seguida Platão e Aristóteles.

Tenha um bom estudo!

Ao concluir esta lição você será capaz de:

- *Explicar* o pensamento político geral dos sofistas.
- *Explicar* o ideal político dos sofistas.
- *Indicar* os representantes máximos dos sofistas no campo da política.
- *Explicar* a origem do Estado em Platão e Aristóteles.
- *Explicar* as formas de governação em Platão e Aristóteles.



Objectivos

Os Sofistas

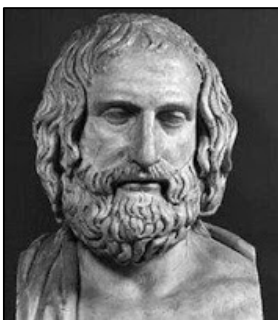


Fig. 1 - Protágoras

Como sabe, os sofistas foram os primeiros filósofos que se desviaram da questão tradicional que se centrava no estudo da natureza, centrando as suas atenções no Homem e nas questões da moral e da política. Os sofistas eram homens bem preparados, cuja missão era de educar os jovens de modo a se prepararem melhor e serem capazes de assumir tarefas na sociedade.

Caro estudante, está a compreender, então, quão importante é preparar-se academicamente? Siga o exemplo dos sofistas.



Na política, foram os primeiros a elaborar o ideal da democracia: todos os cidadãos devem ter o direito de exercício do poder. Para os sofistas a justiça passa a ser uma das maiores virtudes.

Os representantes máximos dos sofistas são: Protágoras, Górgias, Trasímaco, Pródico e Hipódamo.

Platão (428 – 347)

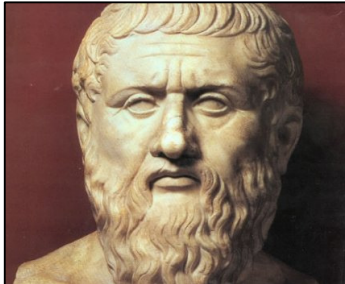


Fig.2 - Platão

Depois de termos visto o pensamento político dos sofistas em que o seu lema político estava mais virado para o aspecto democrático, vamos agora procurar entender, qual é a ideia que Platão tem sobre a política.

O pensamento político de Platão está orientado nos seguintes aspectos: Origem do Estado, comunismo e idealismo, (classes sociais), formas de governação e quem deve governar entre estas formas de governação.

Começando sobre o primeiro assunto que diz respeito a origem do Estado, para Platão, falar da origem do Estado é mesmo que dizer como é que aparece o Estado. Para ele, o Estado tem sua origem pelo facto de o Homem não ser auto-suficiente, isto é, ninguém pode bastar-se a si mesmo. Nenhum homem pode ser ao mesmo tempo carpinteiro, pedreiro, médico, professor, técnico de frio sozinho e ao mesmo tempo. Cada um na sociedade precisa do outro para sobreviver. É desse modo em que nasce o Estado segundo Platão. Daí a necessidade de cada um associar-se aos outros e cada um com tarefas específicas.

Caro aluno, viu como nasce o Estado em Platão? De facto não é possível que uma pessoa faça tudo sozinho. Nós precisamos dos outros para nos completarmos. Portanto, a origem do Estado em Platão é convencional.

Mas como é que se espelha a política em Platão? Ele começa com a sua política de educação. Para ele as crianças deviam ser educadas no mesmo lugar, e o educador devia acompanhá-los no sentido de descobrir em cada uma delas os seus talentos (dons) e desta forma serviriam melhor a sociedade. Portanto, para ele, existiam três almas na sociedade de acordo com o talento de cada um: Alma de bronze; alma de prata; alma de ouro.

Mas como é que se faziam essas distinções? Preste atenção para compreender melhor.

Até 20 anos deviam ser seleccionados os primeiros, os da alma de bronze. Estes somente têm a capacidade de serem trabalhadores (lavradores, artesãos, comerciantes) - Alma sensual.

Depois de 30 anos seguia outra selecção, os da alma de prata (são os guardas) a função destes é de defender a pátria. A característica destes é o domínio da força. Têm como virtude a força e a coragem. Alma irascível.

E por fim, depois de 50 anos, temos a alma de ouro. Estes são os magistrados, os governantes. Você sabe que o ouro é mais precioso de todos os metais, mais brilhante. Portanto, como vê, o brilho metálico é comparado ao brilho de inteligência. Isto quer dizer que nesta classe,



predomina a alma racional, as pessoas fazem tudo com inteligência. A qui a virtude é a sabedoria.

Se você prestou atenção, viu que entre estas três classes sociais, a que deve governar é a de alma de ouro, os magistrados. Sabe porquê? É simples. Porque eles são inteligentes, têm um brilho racional, é lá onde predomina a sabedoria.

Platão fala de certas formas de governação, que são as seguintes: A monarquia em que a sua forma degenerada (degradada) é a tirania (governo de um só e que é mantido pela força), aristocracia (Governo de poucos, mas sendo os melhores) e a sua forma degenerada é oligarquia (governo de poucos, sendo estes os piores). Mas a fase mais avançada da corrupção da oligarquia é a democracia (o governo que pertence ao povo).

Por isso, a melhor forma de governação segundo Platão é a monarquia – O governo de um só. E sendo que é governo de um, e este é sábio, defende o que ele chama o governo do filósofo-rei. Quem deve governar é o filósofo-rei (a sofocracia. Sofocracia, significa governo do sábios, dos inteligentes). E para ele a pior forma de governação é a democracia, visto que é a mais corrupta.

Esperamos que, você, não se escandalize pelo posicionamento de Platão quanto a melhor forma de governação. Esta é a posição dele. Você também deve tomar a sua posição, visto que em filosofia não se imita nada. Você tem que se guiar por aquilo que acha correcto, claro, usando a razão.

A obra principal de Platão, onde aparece o seu pensamento político é a República.

Aristóteles(384 – 322)

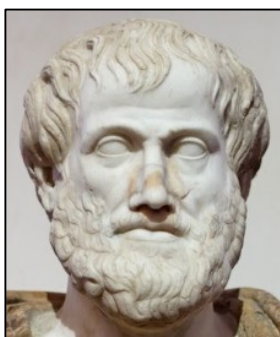


Fig.3- Aristóteles

Aristóteles nasceu em Estagira, na Macedónia, e morreu em Cálcis. Frequentou a academia de Platão e mais tarde distanciou-se das ideias do seu mestre.

Segundo Aristóteles, a origem do Estado é natural e não convencional. O Homem é para Aristóteles um animal político. O Homem só pode viver em sociedade e nunca num Estado de agregação.

O que distingue o Homem dos outros animais é o sentimento do bem e do mal, do justo e do injusto, e essas qualidades são essenciais para a actividade do Homem na comunidade política. E dizia: “ Aquele que pela sua natureza não for um animal político ou é uma criatura degradada ou então é superior ao Homem (é Deus), ou seja, o Homem que vive fora da sociedade ou é menos que o Homem ou é mais que Homem”. Portanto, a noção do Estado em Aristóteles é aplicado ao animal político.

Para Aristóteles a cidade é a constituição e esta por sua vez cria o Estado, de tal ordem que a mudança da constituição implica a mudança do tipo do



Estado. A constituição é a estrutura que dá ordem à cidade, estabelece o funcionamento de todos os cargos, sobretudo os de soberania.

Ele distingue três espécies de constituição:

Governos rectos	Governos corruptos	Quem governa
Monarquia	Tiranía	Governo de um só
Aristocracia	Oligarquia	Governo de poucos homens
Polítia (república)	Democracia	Governo de muitos homens.

Para Aristóteles, a democracia tem um erro em considerar que todos são iguais na liberdade, todos também podem e devem ser iguais em todo o resto.

Para Aristóteles, a monarquia e aristocracia são aparentemente as melhores formas de governação, mas na realidade considera que como os homens são o que são a melhor forma de governação seria a politia (a república) por reger-se de uma constituição que valoriza o segmento médio. A politia é um meio caminho entre oligarquia e a democracia, ou seja, uma democracia temperada pela oligarquia. Nela os méritos são maiores que os defeitos.

O ideal supremo do Estado em Aristóteles é a autodeterminação, ou seja, viver em paz e fazer coisas belas. Assim, pode-se dizer que o Estado tem como finalidade a produção de homens de mentalidade aristocrática e com amor aos estudos e às artes. Para Aristóteles, a sociedade e o Estado existem para garantir a felicidade e virtude dos cidadãos.

Para Aristóteles, a melhor forma de governação é a junção entre a república e a aristocracia (república aristocrática).



Resumo



Resumo

Nesta lição você aprendeu que:

- A filosofia política é da idade antiga.
- Os sofistas foram os primeiros a delinear a questão da democracia quando davam a possibilidade de debate de ideias, porque acreditavam que o conhecimento é relativo.
- Para Platão a origem do Estado é convencional pelo facto de que o Homem não poder satisfazer-se a si mesmo e que a forma de governação para o mesmo é sob a liderança do filósofo rei.
- Para Aristóteles o Estado não é convencional, mas natural pelo facto de o próprio Homem ser por natureza um animal político.
- A melhor forma de governação para Aristóteles é a Polítia, e o fim último do Estado é a felicidade.



Actividades



Actividades

Vamos resolver juntos o exercício que se segue:

I

1. O que caracteriza o pensamento político dos sofistas?
2. Os sofistas são distintos dos filósofos anteriores, os pré-socráticos? Por quê?
3. Quais são os representantes máximos dos sofistas?

Conseguiu responder a todas perguntas? Claro que sim! Agora consulte a chave de respostas que lhe é dada de seguida!

1. **R1:** O que caracteriza o pensamento político dos sofistas é o facto de começarem a esboçar os ideais da democracia, visto que com eles existiam debates públicos, motivados pelo aspecto relativista do conhecimento e desenvolveram questão de justiça.
2. **R2:** Os sofistas são distintos dos filósofos anteriores pelo facto dos seus pensamentos estarem virados totalmente para o próprio Homem enquanto os anteriores, as atenções estavam viradas para a natureza.
3. **R3:** Os representantes máximos dos sofistas são: Protágoras, Górgias, Trasímaco, Pródico e Hipódamo.

Vamos resolver juntos o exercício que se segue:

II

1. Mencione as classes existentes na sociedade segundo Platão.
2. Identifique a alma de cada classe.
3. Entre as formas de governação qual é a melhor segundo Platão?
4. Qual é nome que Platão atribuiu ao governante na sua melhor forma de governação?

Conseguiu responder a todas perguntas? Claro que sim! Agora consulte a chave de respostas que lhe é dada de seguida!

1. **R1:** São três classes sociais na sociedade platónica: Os trabalhadores, os guardas e os magistrados.
2. **R2:** Cada classe social tem a sua respectiva alma: Os trabalhadores têm alma de bronze; os Guardas têm alma de Prata;



os magistrados têm alma de ouro.

3. **R3:** Entre as formas de governação, a melhor é a Monarquia.
4. **R4:** O nome do governante que Platão atribuiu na sua melhor forma de governação é do Filósofo-rei.

Avaliação



Avaliação

Responda às questões que se seguem com base na lição que acabou de estudar.

1. Qual é o contributo que os sofistas deram para a Política?
2. Platão na sua Política diz que a origem do Estado é convencional.

Fundamente esta afirmação.

3. Entre as três classes da sociedade platónica, está a classe dos guardas.
 - a) Qual é a tarefa desta classe na sociedade platónica?
 - b) Segundo Platão quem deve governar é filósofo-rei. Qual é o argumento que ele dá para esta posição.
4. A origem do Estado em Platão é diferente da de Aristóteles.

Estabeleça esta diferença.

5. Qual é o fim último do Estado em Aristóteles?

Respondeu bem às questões. Confronte agora as suas questões com as soluções do fim do módulo.



Lição 6

Filosofia política na Idade Média Santo Agostinho e São Tomás de Aquino

Introdução

Caríssimo estudante, temos estado a discutir sobre o percurso histórico da Filosofia política. Estudámos a filosofia política da época antiga. Como sabe, em termos cronológicos, depois da época antiga vem a época Média (ou medieval). No contexto histórico, qual é a característica da época medieval? Sabe? Acharmos que sim! Em todo o caso você sabe que a Idade Média foi uma época que mais durou em relação às outras idades. É por isso mesmo que tudo estava centrado em Deus. E como vai ver, ao longo deste estudo, os filósofos fluentes que apareceram nesta época, são também ligados à religião. O que reforça ainda mais este pensamento, é o facto de que os seus nomes recebem o título de santo. Portanto, os filósofos desta época que você vai estudar chamam-se Santo Agostinho e São Tomás de Aquino.

Ao concluir esta lição você será capaz de:



Objectivos

- *Explicar* o pensamento político de Santo Agostinho
- *Explicar* o pensamento político de São Tomás de Aquino.
- *Identificar* as obras em que se encontra o pensamento político destes filósofos.
- *Relacionar* a Igreja e o Estado no pensamento político em Santo Agostinho e São Tomás de Aquino.

Santo Agostinho

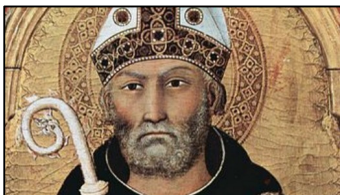


Fig.4 – Santo Agostinho

Santo Agostinho nasceu no norte de África, em Tagaste.

O pensamento político de Santo Agostinho encontra-se na sua obra «A Cidade de Deus». Esta obra espelha uma reflexão acerca da história da origem do Estado. Nesta obra, Santo Agostinho fala de duas cidades. Estas partilham entre si a humanidade. O amor próprio que conduz ao desprezo de Deus, fez a cidade terrena; amor de Deus que leva ao desprezo de si próprio ergueu a Cidade Celeste (a cidade de Deus).



Santo Agostinho diz que as duas cidades existiram sempre lado a lado desde a origem dos tempos: Uma tem Caim e outra tem Abel como fundador. Uma terrena com os seus poderes políticos, a sua moral, a sua história, as suas exigências (Cidade terrena). A outra, a Cidade Celeste, simboliza os cristãos participando do ideal divino. As duas cidades permanecerão até ao fim dos tempos.

A cidade terrena é onde se encontra o Estado. Nesta terra onde reina todo o tipo de males. Na cidade de Deus, reina a paz, o amor, a felicidade. E a humanidade encontra-se na cidade terrena. Como construir um Estado de direito na cidade terrena. Santo Agostinho diz que como nunca existiu, também nunca existirá a exemplo dos reinos antigos em que nunca houve Estado de direito. Portanto os governantes que temos na terrena devem saber que receberam esses poderes como dádiva divina e os cidadãos não podem julgar se está governando bem ou não, visto que a isso não lhes compete. Portanto, sendo dádiva divina, o governante deve governar com base nas leis da cidade Celeste.

São Tomás de Aquino



Fig.5 – São Tomás de Aquino

Caro aluno, ainda na Idade Média temos um pensador que também merece a nossa consideração. Você vai a partir de já estudar o pensamento deste filósofo.

São Tomás de Aquino nasce na Itália (Roma). O seu pensamento político centra-se na sua obra «O Governo dos Príncipes». Nesta, ele fala da origem do Estado, natureza do Estado, melhor forma de governação e a relação entre o Estado e a Igreja. Ora, você agora vai começar a aprender cada um destes pontos na perspectiva deste filósofo cristão.

No que toca a origem do Estado, Tomás não toma a concepção de Santo Agostinho de que o Estado nasceu do pecado original, mas concorda com Aristóteles ao afirmar que o Estado nasce da natureza social do homem.

No que diz respeito à natureza do Estado, Tomás Aquino diz que o Estado é uma sociedade, uma sociedade perfeita. Para ele, o Estado é uma sociedade porque consiste na reunião de indivíduos que pretendem fazer coisas em comum. E diz que o Estado é uma sociedade perfeita porque tem um fim próprio – O bem comum. O Estado tem meios suficientes para proporcionar um modo de vida que permite a todos os cidadãos ter aquilo que necessitam para viver como homens.

Uma das questões que sempre preocupou mesmo os filósofos da antiguidade sabe qual é? – A melhor forma de governação. Esta questão volta com Aquino e com certeza voltará com os próximos filósofos. Para Aquino, a melhor forma de governação é a Monarquia constitucional.

E por fim, Aquino entra de acordo com quem, no que toca à relação entre Estado e a Igreja? Claro, era de esperar... você concorda comigo neste aspecto não é?



Nas mesmas ideias de Santo Agostinho, Tomás de Aquino diz que o Estado sendo uma sociedade perfeita goza de perfeita autonomia, mas, a Igreja sendo um bem sobrenatural, é superior ao Estado e por conseguinte, o Estado deve subordinar-se à Igreja.

Resumo



Resumo

Nesta lição você aprendeu (que)

- Dois filósofos da idade média, ambos com características similares, apesar de haver um pequeno ponto de divergência.
- Para Santo Agostinho o Estado tem sua origem no pecado original, enquanto que para Tomás de Aquino o Estado tem sua origem no facto de o Homem ser social.
- Ambos estão de comum acordo ao afirmarem a superioridade da Igreja perante o Estado, e que este está subordinada à Igreja.



Actividades



Actividades

I

Vamos resolver juntos o exercício que se segue:

1. Onde nasceu Santo Agostinho?
2. Qual é a obra onde se encontra o pensamento político de Santo Agostinho?
3. De entre as duas cidades referidas na obra, onde se encontra a humanidade? E qual é característica dessa cidade?

Conseguiu responder a todas perguntas? Claro que sim! Agora consulte a chave de respostas que lhe é dada de seguida!

1. **R1:** Santo agostinho nasceu em Tagaste norte de África.
2. **R2:** A obra onde se encontra o pensamento político de Santo Agostinho é Cidade de Deus.
3. **R3:** Entre as duas cidades referidas na obra, a humanidade encontra-se na Cidade Terrena. A característica desta cidade é de haver muito ódio, vingança e Ambição. E por isso, segundo ele, a cidade terrena nunca existiu e nunca existirá um Estado de direito.

Vamos resolver juntos o exercício que se segue:

II

1. Mencione o nome da obra onde aparece o pensamento político de Tomás de Aquino.
2. No que toca a origem do Estado, Tomás de Aquino é comparável com que filósofo?
3. Qual é a relação que existe entre O governo e a Igreja segundo Tomás de Aquino?

Conseguiu responder a todas perguntas? Claro que sim! Agora consulte a chave de respostas que lhe é dada de seguida

1. O nome da obra de São Tomás de Aquino é o «Governo dos príncipes».
2. Sobre a origem do Estado Tomás de Aquino compara-se com Aristóteles visto que ambos afirmam que o Estado nasce pela necessidade de o Homem viver em sociedade.



3. Segundo Aquino, o Estado deve subordinar-se a Igreja, visto que esta (a Igreja) é um bem sobrenatural.

Avaliação



Avaliação

Responda às questões que se seguem com base na lição que acabou de estudar

1. Santo Agostinho na sua obra fala de duas cidades – Mencione-as.
2. Entre estas cidades onde se encontra a humanidade?
3. Qual é a característica da cidade terrena.
4. Qual é nome da obra em que se encontra o pensamento político de Tomás de Aquino.
5. Porque é que Tomás de Aquino afirma que Estado é uma sociedade perfeita.
6. Qual é a melhor forma de governação segundo Tomás de Aquino?

Respondeu perfeitamente às questões. Agora confronte as suas respostas com as soluções do fim do módulo.



Lição 7

Filosofia política na Idade Moderna

Introdução

Caro estudante, ainda está no percurso da história da filosofia política. Na aula anterior, aprendeu a filosofia política na Idade Média, com as respectivas características. Ainda se lembra, não é? Já nesta lição você vai começar a estudar a filosofia política na Idade Moderna. Ela também tem suas características como verá em diante. Mas eu comecei por dizer que você vai estudar a filosofia política da Idade Moderna, sabe porquê? Porque esta aula não termina somente com esta lição. Hoje vai estudar três filósofos que têm características semelhantes na abordagem dos seus pensamentos políticos, por isso são chamados contratualistas. São contratualistas porque, segundo eles o surgimento do Estado é graças a um contrato social. Portanto, caro aluno, já está a ver a diferença entre estes e os filósofos que aprendeu nas aulas anteriores. Isto deve se às características típicas desta época em que emergem os filósofos que hoje vai estudar. Quais são essas características?

- A libertação do Homem em relação às explicações teológicas da realidade através da razão.
- A libertação do Homem dos regimes ditatoriais, através da democracia.
- A libertação do Homem da dependência da natureza através da técnica.

Ao concluir esta lição você será capaz de:

**Objectivos**

- *Identificar* as características do Homem no Estado natural em Hobbes, Locke e Rousseau.
- *Explicar* a passagem do Estado natural para o Estado contratual em hobbess, Locke e em Rousseau.
- *Identificar* as características do Homem no Estado contractual em Hobbes, Locke e em Rousseau.

Pensamento político em Thomas Hobbes (1588-1679)

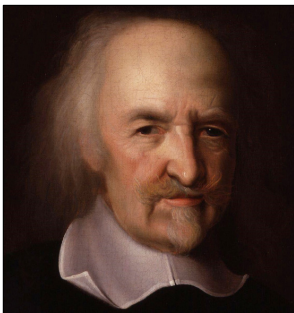


Fig.6 – Thomas Hobbes

A obra onde se encontra o pensamento político de Hobbes é «Leviathã».

O Estado natural segundo Hobbes o homem goza de liberdade total, tendo todos os direitos e nenhum dever, isto é, não há leis que regulam a sociedade, cada um faz o que bem entende mesmo que seja para prejudicar o outro não importa; o homem é egoísta, cada um procura satisfazer os seus próprios instintos, sem nenhuma consideração com os outros, numa sociedade dessa natureza, o que é que acha que pode acontecer? É claro que numa sociedade onde se vive dessa maneira ninguém fica em segurança. É por isso que Hobbes diz que no Estado natural não há paz, não há felicidade, não há tranquilidade reina a «guerra de todos contra todos», na qual cada um se porta em relação aos outros como um verdadeiro lobo.

Hobbes vê que viver numa sociedade assim quase torna-se impossível, porque a paz está sempre ameaçada. Então, como sair dessa situação? Ele diz que para instaurar a tranquilidade é necessário que a razão imponha limites à liberdade. Cientes disto, os homens fazem um «contrato social» no qual renunciam os seus direitos colocando-os nas mãos de um só soberano. Desta forma nasce o Estado. Portanto, o Estado nasce segundo Hobbes quando os homens abdicam-se de todos os seus direitos entregando a um único soberano e este estabelece as normas para todos.

Pensamento político em John Locke (1632 – 1704)

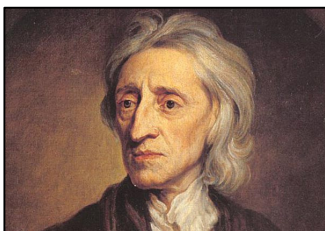


Fig.7 – Thomas Hobbes

O pensamento político em John Locke encontra-se centrado na obra «Dois tratados sobre o governo».

Como Hobbes, Locke distingue também dois Estados da humanidade: Estado natural e Estado contratual. Para Locke, o Homem no Estado natural usa a lei da natureza que é baseada na consciência dos indivíduos. Esta consciência obriga ao Homem a não causar mal a outrem em sua vida, sua saúde sua liberdade e em sua propriedade. Portanto, em Locke, os direitos do Homem são limitados, não como acontecia em Hobbes que eram ilimitados. São limitados porque o Homem usa a razão segundo Locke e a razão nos obriga a termos limites nas nossas acções.



Ora, sendo o direito do Homem limitado, existem direitos que imprescindivelmente devem ser protegidos que são o direito a vida, a saúde, a liberdade e a propriedade (propriedade enquanto fruto do seu trabalho), e havendo com efeito o direito de punir o transgressor, daqui segue-se que não sendo conveniente que cada um repare por si próprio as ofensas que lhe são cometidas, que os homens decidam de comum acordo confiar a comunidade o poder de estabelecer leis que regulem a punição das ofensas, o uso da força e as transgressões destas leis. Desta forma surge o Estado.

Como vê, caro estudante, a passagem do Estado natural para contratual consiste em delegar a protecção dos nossos direitos à comunidade. É a comunidade que estabelece as leis para punir os transgressores. A posição de Locke é diferente de Hobbes não é? Enquanto em Hobbes delegava-se a um único soberano, em Locke delega-se à comunidade. Portanto, em Locke, o contrato social não significa renúncia aos seus direitos, mas uma delegação dos seus direitos à autoridade. Aqui, você vê que Locke é defensor da propriedade privada e dá início a democracia moderna.

Pensamento político em Jean- Jacques Rousseau (1712 – 1778)

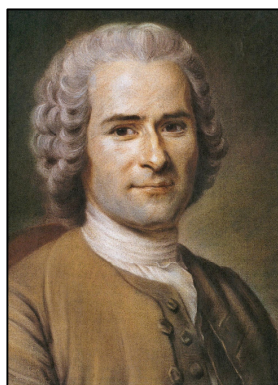


Fig.8 – Jean-Jacques Rousseau

Caro estudante, agora vai estudar o terceiro filósofo da época moderna, e por sinal, o terceiro e último dos filósofos contratualistas desta época. Você recorda-se muito bem que chamam-se contratualistas porque a origem do Estado neles é mediante um contrato que os cidadãos estabelecem.

A filosofia política em Rousseau, encontra-se na sua obra clássica, «O Contrato Social». Como os outros dois anteriores, ele também fala de dois Estados de natureza.

Primeiro fala de um Estado da Humanidade que teria sido, segundo ele, um Estado de inocência, de paz, sem qualquer tipo de abusos (Estado selauvagem). Entretanto, os homens teriam sido induzidos a sair dessa condição feliz pelo desejo, pela necessidade e pelo temor. Dessa forma efectivou-se a corrupção dos valores primitivos.

A recuperação dos valores corrompidos deste Homem, isto é, a sua redenção é possível no sentido de organizar a humanidade em Estado, providenciando-lhe uma educação, uma moral e trabalho com vista a recuperar a verdadeira civilização.

E como seria isso? Tendo recuperado a verdadeira civilização por meio da educação, moral, trabalho, já começa a entrar no contrato social que visa os indivíduos livres submeterem-se à uma disciplina, para um bem maior para todos e para cada um. Feito o contrato o contrato social, o indivíduo já não é um simples homem, mas um cidadão, ele renuncia os direitos pessoais em favor da comunidade.

Com a entrada em vigor do contrato social, as acções tomam uma moralidade que não tinha antes. A lei que guia o indivíduo não é, segundo Rousseau, estranha: é o próprio indivíduo que a constitui, sendo legislador e súbdito ao mesmo tempo. Portanto, com o contrato social é a



vontade geral que é soberana. Os governantes não gozam de nenhuma autoridade definitiva sobre o indivíduo. O indivíduo permanece o único verdadeiro soberano. O indivíduo só renuncia parte dos seus direitos, o facto de o governante poder ser destituído quando não seguir a vontade geral (do povo).

Caro aluno, o pensamento de Rousseau está seguindo trilhos democráticos, quando diz que o poder está na vontade geral (povo), é o povo que estabelece as leis e as cumpre, e que o governante pode ser destituído se não seguir a vontade geral.

Então, já percebeu que a forma de governação é a democracia. Mas ele opta mais pela democracia participativa do que a representativa.

Resumo



Resumo

Nesta lição você aprendeu que:

- Os três filósofos contratualistas, todos eles da Idade Moderna. São Chamados contratualistas porque na concepção deles para termos Estado numa sociedade os cidadãos estabelecem um contrato entre eles. Por isso para se estabelecer esse contrato os cidadãos devem sair da condição natural em que se encontravam (Estado natural) e assumirem certos compromissos para si mesmos e para a sociedade. Portanto, esses filósofos são Hobbes, Locke e Rousseau.
- Para Hobbes, o contracto surge quando o Homem abandona a sua condição de ter direitos ilimitados sem no entanto ter nenhum dever; quando sai duma sociedade de Guerra de todos contra todos e passa a delegar esses seus direitos ilimitados a um único soberano.
- Para Locke o contracto surge quando o homem delega os direitos a vida, a saúde propriedade a comunidade. Em Locke os direitos são limitados.
- Para Rousseau o contracto surge `a medida em que o Homem sai da sua condição degenerada por corrupção de valores, quando ele recupera os valores corrompidos através da educação, a moral passando a não ser simples indivíduo, mas um cidadão em é súbdito e legislador ao mesmo tempo.

Caro estudante, agora que já concluiu o estudo desta lição, vamos em conjunto resolver as questões que lhe são colocadas a seguir:



Actividades



Actividades

Vamos resolver juntos o exercício que se segue:

I

1. Hobbes na sua política fala de dois Estados da humanidade – Identifique-as.
2. Como é que se caracteriza o Estado natural do Homem?
3. Como é que se chega ao contrato político social em Hobbes?

Conseguiu responder a todas perguntas? Claro que sim! Agora consulte a chave de respostas que lhe é dada de seguida:

1. **R1:** Hobbes na sua política fala de dois Estados da humanidade: Estado natural e contrato político social.
2. **R2:** No Estado natural o homem goza de liberdade total, tem todos os direitos e não tem nenhum dever, é egoísta, reina infelicidade e inquietude.
3. **R3:** O contrato social em Hobbes nasce quando o homem despoja-se de todos os seus direitos delegando a um único indivíduo, o soberano.

Vamos resolver juntos o exercício que se segue:

II

1. Locke como também Hobbes fala de dois Estados da humanidade.
 - a) Caracterize o Estado natural de Locke.
2. Mencione os direitos do cidadão que a autoridade deve proteger de forma inegável.
3. Qual é a obra onde aparece o pensamento político de Locke?

Conseguiu responder a todas perguntas? Claro que sim! Agora consulte a chave de respostas que lhe é dada de seguida

1. **R1:** No Estado natural de Locke, o Homem tem poderes limitados, a consciência lhe impõe limites em não causar mal aos outros.
2. **R2:** Os direitos que a autoridade deve proteger ao cidadão são: Direito à vida, à saúde, à liberdade e à propriedade.
3. **R3:** A obra onde se encontra o pensamento político de Locke é «Dois tratados sobre o governo».



Vamos resolver juntos o exercício que se segue:

III

1. Explique porque é que Hobbes, Locke e Rousseau são chamados contratualistas?
2. Qual é a característica do Estado natural segundo Rousseau?
3. Segundo Rousseau, o Homem corrompeu-se do seu Estado natural.

Indique as causas da corrupção e as formas da sua recuperação.

Conseguiu responder a todas perguntas? Claro que sim! Agora consulte a chave de respostas que lhe é dada de seguida

1. **R1:** Hobbes, Locke e Rousseau são considerados contratualistas porque nos seus pensamentos políticos, ambos falam de dois Estados de natureza, e a origem do Estado é com base em contrato social.
2. **R2:** Segundo Rousseau o Homem no Estado de natureza goza de uma inocência, paz, sem qualquer tipo de abusos.
3. **R3:** As causas da corrupção do Homem no seu Estado natural fo pelo desejo (ambição),cobiça e pelo temor.

Agora, caro estudante compare as suas respostas com as que lhe apresentamos no final do módulo. Acertou em todas? Caso tenha tido dificuldades, reveja a sua matéria antes de passar a lição seguinte.



Avaliação



Avaliação

Responda às questões que se seguem com base na lição que acabou de aprender.

1. Mencione os nomes dos filósofos contratualistas da Idade Moderna que aprendeu.
2. Que poderes tem o soberano segundo Hobbes?
3. Como é que se caracteriza o Estado contratual em Locke?
4. Locke defende a propriedade privada – O que é propriedade privada segundo ele?
5. Em Locke temos os primeiros sinais da democracia moderna – Justifique afirmação.
6. Qual é a característica do cidadão no Estado contratual segundo Rousseau?
7. A que se deve a corrupção dos valores no Homem segundo Rousseau?
8. Como é que se faz a recuperação dos valores para depois alcançar a categoria de ser cidadão?

Respondeu correctamente às questões. Agora compare as suas respostas com as soluções do fim do módulo.



Lição 8

Pensamento Político de Nicolau Maquiavel e Charles de Montesquieu

Introdução

Caro aluno, o pensamento político dos filósofos que vamos discutir nesta lição transporta todas as características que já aprendeu na lição anterior, uma vez que estes também pertencem a mesma época (Moderna). Talvez poderá surgir uma pergunta no meio disso: porque é que separamos estes dos anteriores durante a abordagem? É simples. Primeiro, por causa do volume dos conteúdos não seria tão fácil para si, caro aluno, compreender o pensamento de cinco filósofos numa única lição. Segundo, que é a razão mais importante, é que aqueles anteriores que você estudou são contratualistas e estes não. E você sabe o que significa ser contratualista, não é? Contratualista é aquele que para a execução de uma ação precisa de um contrato.

Nesta lição Você vai aprender o pensamento político de Nicolau Maquiavel e Charles de Montesquieu.

Ao concluir esta lição você será capaz de:



Objectivos

- *Explicar* em que se fundamenta o Estado em Maquiavel.
- *Explicar* como deve governar um Príncipe.
- *Explicar* de forma ética o princípio maquiavélico.
- *Distinguir* as leis da natureza das leis positivas segundo Montesquieu.
- *Identificar* a separação de poderes em Montesquieu.

Nicolau Maquiavel (1469-1527)



Fig.9 – Nicolau Maquiavel

Nicolau Maquiavel, na sua política é diferente dos anteriores. Ele não está preocupado com o surgimento do Estado, mas sim, diante das situações de momento como deve agir. Tudo isso deveu-se à experiência da sua vida na Florença. Ele é Italiano (na Florença) e desempenhou vários cargos diplomáticos.



O pensamento político de Maquiavel encontra-se na sua obra principal, «O Príncipe». Em o «Príncipe» Maquiavel não se propõe descrever um Estado ideal, mas sim, a partir da experiência que ele adquiriu espelhar o tipo de Estado que possa servir de acordo com as circunstâncias de momento. Em toda sua experiência durante as missões diplomáticas, e as invasões que a Itália ia sofrendo naquela época, começou a ter uma visão pessimista da natureza humana. A visão pessimista que ele teve é que o Homem é um réu, um pecador mau. E portanto para governar este Homem tem que ser forte, e por isso propõe um Estado fundado na força. Aconselha aos governantes a partirem do pressuposto que todos os homens são réus e deste modo a empregarem todos os meios para alcançar o fim de conservar a sua vida e o Estado. O fim é que conta, não interessam os meios. Se o fim foi bom, então os meios usados para alcançar tal fim também foram bons. E daí a expressão polémica de Maquiavel: Os fins justificam os meios. Esta expressão actualmente usa-se de forma pejorativa, ou mesmo o termo maquiavélico, para designar aquele que usa meios imorais para atingir fins que ele pretende. Mas Maquiavel não pode ser entendido assim. A intenção do filósofo era de manter a ordem no Estado.

O governante deve, na óptica de Maquiavel, procurar impor-se mais pela força do que pelo amor. Se consegue ser as duas coisas ao mesmo tempo ainda bem, mas se não consegue ser isso, o melhor é ser mais temido do que ser amado. Entre ser amado e temido o Príncipe tem mais sucessos na sua governação se for temido do que se for amado, por isso ele diz que «o príncipe deve ser uma espécie de lobo vestido de carneiro»

Como vê, para Maquiavel, governar é uma arte.

Acaba de estudar o pensamento político em Maquiavel. Viu em que se funda o governo segundo este filósofo. Agora preste atenção para perceber melhor o pensamento político em Charles de Montesquieu.

Charles de Montesquieu (1689 -1755).

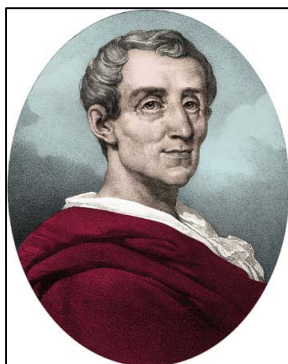


Fig.10 – Charles de Montesquieu

Charles de Montesquieu nasceu na França. Como Maquiavel também tem um rumo próprio no que diz respeito à sua política.

A sua obra principal de política é «Espírito das leis». Ele nesta obra mostra que não há nenhum ser que não tenha leis. Todo e qualquer um possui leis. E entre estas leis existe uma divisão. Segundo Montesquieu as leis são divididas em duas partes: leis da natureza e leis positivas.

Leis da natureza

São aquelas que naturalmente existem em nós, não foram fruto da nossa produção. São as seguintes:

- Igualdade de todos os seres inferiores;
- Procura de alimentação;



- Encanto entre seres de sexo diferente;
- Desejo de viver em sociedade.

Leis positivas

São aquelas que foram elaboradas pelo Homem e para o próprio Homem. São as seguintes:

- Direito dos gentios - este direito baseia-se no princípio de que as diversas nações devem fazer umas às outras, na paz, o maior bem e, a guerra o menor mal possível, sem prejudicar os seus verdadeiros interesses.
- Direito político - É a lei que regula o relacionamento entre os que governam e os que são governados.
- Direito civil – É o conjunto de regras que regulam o relacionamento entre os cidadãos.

Separação dos poderes

Mas o mérito de Montesquieu foi de ter dado o contributo nas actuais políticas. Sabe a que me refiro, caro aluno? A separação dos poderes, foi a ideia política de Montesquieu. Antes os poderes eram centralizados.

Como fez a tal separação? Montesquieu separou os poderes em três:

Poder legislativo - que tem a missão de estabelecer as leis (são os parlamentos).

Poder executivo – tem a missão implementar as leis (é o governo).

Poder judicial - com a função de julgar aqueles que violam as leis.

Concluindo:

A separação dos poderes, que foi iniciativa de Montesquieu, constitui um grande contributo para as políticas actuais porque permite a descentralização das mesmas fazendo com que não haja absolutismo nem despotismo.



Resumo



Resumo

Nesta lição você aprendeu que:

- Maquiavel na sua obra «o Príncipe» desenha uma política que serve para um povo ou Estado que está sendo ameaçada pelos invasores, e para este Estado é preciso o uso da força.
- Montesquieu na sua política, verificou o despotismo vigente nos Estados do seu tempo. A partir daí ele começa a dar a iniciativa que para evitar o absolutismo e o despotismo considerou ser necessário que os poderes estejam separados. Assim, ele separou-os em legislativo, executivo e judicial.



Actividades



Actividades

Vamos resolver juntos o exercício que segue:

I

1. Mencione as circunstâncias em que Maquiavel Escreveu « O príncipe».
2. Qual é a relação existente entre a ética política e o princípio maquiavélico segundo o qual «Os fins justificam os meios»?
3. Em que se funda o Estado em Maquiavel?

Conseguiu responder a todas perguntas? Claro que sim! Agora consulte a chave de respostas que lhe é dada de seguida!

1. **R1:** Maquiavel escreveu «o príncipe» numa altura em que a Itália encontrava-se conturbada por causa das ameaças de invasões de outros povos como França e a Espanha.
2. **R2:** Esta expressão na ética política não pode ser válida, porque partindo do princípio de que o político nas suas ações deve estar dentro da moral. A expressão «os fins justificam os meios» em política pode influenciar a prática actos imorais, visto que o que conta são os fins, e sendo assim, se o fim foi bom também os meios usados foram bons.
3. **R3:** O Estado em Maquiavel funda-se na força.

Vamos resolver juntos o exercício que segue:

II

1. Montesquieu fala das leis da natureza e das leis positivas - Qual é a diferença que existe entre estas leis?
2. Mencione as leis positivas.
3. Um dos grandes contributos de Montesquieu foi a política de separação de poderes. Como é que a fez?

Conseguiu responder a todas perguntas? Claro que sim! Agora consulte a chave de respostas que lhe é dada de seguida!

1. **R1:** As leis da natureza são as que o Homem ou qualquer ser dependendo da sua condição nasce com elas. São leis que não foram elaboradas pelo Homem, enquanto que as leis positivas são as que



foram elaboradas pelo próprio Homem.

2. **R2:** As leis positivas segundo Montesquieu são: Direito dos gentios; Direito político e Direito civil.
3. **R3:** Montesquieu separou os poderes da seguinte maneira: poder legislativo, executivo e judicial.

Avaliação



Avaliação

Responda às questões seguintes da lição sobre Maquiavel e Montesquieu:

1. Qual é a característica do Príncipe em Maquiavel?
2. No seu entender, Maquiavel quando fala do “Príncipe” refere-se a quê?
3. «O príncipe deve ser uma espécie de lobo vestido de pele de carneiro»
 - a) *Explique o sentido da frase acima.*
4. Estabeleça a diferença entre leis positivas e leis da natureza em Montesquieu.
5. Qual é a função do poder judicial em Montesquieu.
6. Mencione as leis da natureza em Montesquieu.

Respondeu bem as questões. Agora compare as suas respostas com as soluções que se encontram no fim do módulo.



Lição 9

Filosofia política na época contemporânea

Introdução

O nosso percurso histórico da filosofia política está quase a terminar. No início desta nossa jornada dissemos que iríamos estudar a História da Filosofia Política desde a época antiga até a contemporânea já estamos na última etapa. E o que é isso de época contemporânea?

Chama-se época contemporânea a fase em que você experimenta com os outros. Por exemplo, você, é meu contemporâneo porque está a viver a mesma época que eu, todos os factos que ocorrem no mundo experimentamo-los juntos. Por isso você é meu contemporâneo. É a mesma coisa que acontece com estes dois filósofos. Estes são contemporâneos em relação a nós (você e eu) porque estes apesar de estarem mortos experimentaram todos acontecimentos que hoje no mundo estamos a ter, como é o caso de violências, diferenças entre ricos e pobres, ódio entre as pessoas, derramamento de sangue, entre outras. São estes factos que eles querem combater, como o caso das Rawls que quer combater as desigualdades e Popper que quer ver uma sociedade mais democrática, isto é uma sociedade mais aberta.

Ao concluir esta lição você será capaz de:



Objectivos

- *Identificar* o ambiente em que nasce o pensamento político de Rawls.
- *Identificar* o objecto da teoria de justiça em Rawls.
- *Explicar* o princípio de diferença e o princípio de igualdade em Rawls.
- *Identificar* o ponto de partida do pensamento político de Karl Popper.

John Rawls

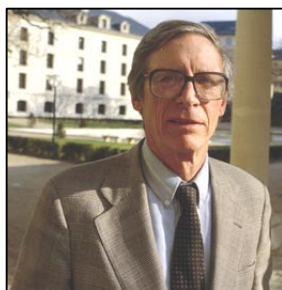


Fig.11 – John Rawls

A obra principal de Rawls é «uma teoria de Justiça». É neste obra onde se encontra o pensamento político deste filósofo. Justiça como distribuição dos bens por igual.

O pensamento político de Rawls nasce dentro de uma vida sócio-política repleta de injustiças e de desrespeito dos direitos humanos por parte do regime capitalista burguês. Rawls pretende construir uma teoria de justiça que seja viável num ambiente utilitarista onde o capitalismo defendia os



interesses da minoria e fortalecia o poder da burguesia em detrimento da maioria dos cidadãos.

Rawls apresenta dois princípios de justiça em que os indivíduos devem escolher em situação de véu de, isto é, os indivíduos não conhecem a classe social, o poder económico, o grau de inteligência, a força, a ideia do bem.

O véu de ignorância significa que os homens estão em situação de igualdade e sem preconceitos excepto a sua posição na sociedade e a raça ou tradição. São dois princípios de justiça: Princípio de diferença e princípio de igualdade.

O princípio de diferença tem a finalidade de limar as desigualdades, organizando-as, na condição de todos se beneficiarem. Para isso, o Estado deve dividir-se em quatro departamentos:

- Departamento das atribuições - tem a missão de velar pela manutenção de um sistema de preços e impedir a formação de posições dominantes excessivas no mercado:
- Departamento da estabilização- tem como objectivo proporcionar emprego pleno.
- Departamento das diferenças sociais – tem como função velar pelas necessidades sociais e intervir para assegurar o mínimo social.
- Departamento para repartição – Tem como fim preservar uma certa justiça neste domínio graças a fiscalização e aos ajustamentos necessários do direito da propriedade.

O princípio de igualdade- diz que as desigualdades só poderão ser aceitáveis se servirem para beneficiar os cidadãos menos desfavorecidos.

Portanto, a justiça defendida por Rawls é uma justiça entendida como equidade, isto é, a distribuição dos bens por igual.

Karl Popper (1902 – 1994)

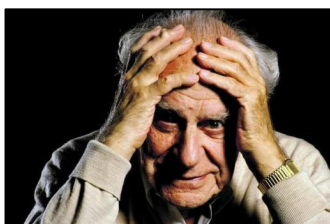


Fig.12 – Karl Popper (1902-1994)

O pensamento político do Filósofo Karl Popper. Ele é da Áustria (Europa). O seu pensamento está mais ligado à formação e estruturação de sistemas democráticos e nega sistemas absolutistas. Entre as obras de Popper, vamos destacar duas. «A Miséria do Historicismo» e «A Sociedade Aberta e os Seus Inimigos». A segunda é que é a principal e é onde se encontra o pensamento político de Popper.

Popper na sua obra «Miséria do Historicismo», critica o «Historicismo» dos pensadores como Hegel e Marx que confiam o sentido da História como um progresso. O Historicismo diz que a História é uma determinação totalizante que aparece como origem ou fonte de criatividade do Homem – é um historicismo absoluto.



Popper, na sua obra «Sociedade aberta e seus inimigos», critica o Historicismo e considera como filosofia reaccionária, porque é uma filosofia fechada. Para ele, o Historicismo é uma filosofia que defende a sociedade totalitária que está organizada tribalmente, isto é, com normas não modificáveis.

A sociedade aberta é contrária à fechada porque a aberta é baseada em instituições democráticas onde há liberdade dos indivíduos e dos grupos com vista a resolução dos problemas sem derramamento de sangue.

Para Popper a democracia é a melhor forma de governação visto que ele entende que a democracia é o governo do povo: «Conjunto de instituições que permitem o controlo público dos governantes sem o recurso à violência. O recurso à violência só se justifica para derrubar a tirania com o fim de instaurar a democracia.

Popper faz menção dos inimigos da sociedade aberta, que são:

Platão – Teórico do Estado petrificado, estruturado com base em rígida divisão de classes e sob o domínio do filósofo-rei;

Hegel – Cujas filosofia foi a defesa do Estado prussiano e ainda o fundador dos movimentos totalitários modernos;

Marx – Foi o pesquisador da verdade da existência de duas classes: Explorados e exploradores. Fundou a profecia da futura sociedade sem classes- Uma utopia.

Resumo



Resumo

Nesta lição você aprendeu que:

- John Rawls quer limar as diferenças sociais que existem quase em todas as sociedades do mundo. Nas aulas anteriores aprendeu que a filosofia política preocupava-se em como fazer com que a comunidade política seja feliz.
- Karl Popper é teorizador da democracia. E em democracia há debate de ideias, resolução dos problemas sem derramamento de sangue. Portanto, estas formas de fazer política são as que são mais aceites na actualidade.



Actividades



Actividades

Vamos resolver juntos o exercício que segue:

I

1. Explique o contexto político-social do aparecimento da filosofia política de Rawls.
2. Qual é o assunto principal da obra «Uma teoria de Justiça» de Rawls?
3. Enuncie o «véu de ignorância» em Rawls.
4. O que defende o princípio de igualdade em Rawls?

Conseguiu responder a todas perguntas? Claro que sim! Agora consulte a chave de respostas que lhe é dada de seguida

1. **R1:** O pensamento político em Rawls surge numa altura em que as diferenças sociais nos EUA são altas. Vive-se um momento de utilitarismo em que os governantes estão mais virados para os interesses da minoria burguesa em detrimento da classe desfavorecida, o que cria cada vez mais diferenças entre ricos e pobres.
2. **R2:** Perante as situações referidas na resposta 1, Rawls pretende idealizar uma justiça onde todos têm condições suficientes para a sobrevivência. Portanto, uma teoria de justiça idealizada por Rawls consiste numa justiça por equidade, ou seja, a distribuição de bens por igual.
3. **R3:** Este é o ponto de partida para efectivação da teoria de justiça: o véu de ignorância. Os indivíduos sob o véu de ignorância, não conhecem as diferenciações sociais, o poder económico, o grau de inteligência, a força e a ideia do bem. O véu de ignorância significa que as pessoas estão em situação de igualdade, sem preconceitos.
4. **R4:** O princípio de igualdade diz que não pode haver diferenciações sociais. Se existirem desigualdades, essas devem estar em benefício dos mais desfavorecidos.

Vamos resolver juntos o exercício que segue:

II

1. De acordo com a obra principal «Sociedade Aberta e Seus Inimigos», indique a melhor forma de governação segundo Popper.
2. Quais são as características da sociedade aberta?
3. Ainda sobre o título da obra de Popper, mencione os inimigos da



sociedade aberta e justifique.

Conseguiu responder a todas perguntas? Claro que sim! Agora consulte a chave de respostas que lhe é dada de seguida!

1. Segundo Popper, a melhor forma de governação é a democracia.
2. As características da sociedade aberta são: É baseada nas instituições democráticas, há liberdade de indivíduos, os problemas são resolvidos sem derramamento de sangue.
3. Os inimigos da sociedade aberta são: Platão, Hegel e Marx. Estes para Popper são inimigos da sociedade aberta porque têm uma política fechada de governação, isto é, é totalitária, organizada com bases não modificáveis.

Avaliação



Avaliação

Responda às questões que seguem com base na lição que acabou de estudar.

1. Qual é o centro da política em Rawls, na sua obra «Uma teoria de justiça»?
2. Para efectivação da justiça, segundo Rawls, deve-se partir do ponto que os indivíduos estão sob o «véu de ignorância».

Em que consiste «véu de ignorância»?

3. Dois princípios são enunciados em Rawls – Mencione-os.
4. Popper na sua obra «Miséria do Historicismo», critica o Historicismo de Hegel. Porquê?
5. Um dos inimigos da sociedade aberta é Platão. Justifique a afirmação.
6. Estabeleça a diferença entre a sociedade aberta e a sociedade fechada.



Lição 10

Formas de sistemas políticos (Regimes políticos e sistemas do governo)

Introdução

Caro aluno, você estudou a filosofia política desde a antiguidade até a época contemporânea. O conhecimento adquirido ao longo das lições (de 1 a 9), permite-lhe compreender que nem todos os filósofos estudados têm o mesmo perfil de pensamento no que toca à maneira como dirigir o Estado, a forma como o cidadão deve comportar-se perante o seu (ou os seus) governante (s). Por outras palavras, podemos dizer que existem diversas formas de fazer política, e numa só palavra dizemos que são vários sistemas políticos.

Mas o que é um sistema político?

Sistema político é a maneira como a comunidade política se estrutura e exerce o poder político. Nesta última aula do módulo, você vai aprender várias formas de estruturação e exercício do poder.

Ao concluir esta lição você será capaz de:



Objectivos

- *Definir* regime político.
- *Caracterizar* os regimes políticos ditatoriais (autoritários e totalitários).
- *Caracterizar* os regimes democráticos.
- *Identificar* os sistemas de governo (ditatorial e democrático).
- *Distinguir* o sistema de governo ditatorial do monocrático e do autocrático.
- *Distinguir* o sistema de governo democrático directo do semidirecto e representativo.

Formas de sistemas políticos

(Regimes políticos e Sistemas de governo)

Como fizemos menção na introdução, sistema político é a maneira como uma comunidade política se estrutura e exerce o poder político. A estrutura do poder na comunidade é feita de duas maneiras:

- Como regime político.
- Como sistema de governo.

Caro aluno, nesta lição vai estudar estes dois pontos importantes que definem a nossa aula. Vai estudar as particularidades de cada subtítulo.

Comecemos então com regimes políticos.

Regime político

Regime político refere-se às relações que se estabelecem entre o indivíduo e a sociedade política, cuja ideologia, o poder político têm a missão de implementar no âmbito Jurídico.

Por sua vez, os regimes políticos classificam-se em ditatorial ou democrático.

O regime ditatorial

O regime ditatorial tem as seguintes características: Presença de uma ideologia exclusiva ou liderante; Existência de um aparelho (um órgão) para impor a ideologia; Ausência de efectiva garantia dos direitos pessoais dos cidadãos; Ausência da livre participação do cidadão na designação dos governantes; falta de controlo no exercício das funções dos governantes.

Por sua vez, os regimes ditatoriais subdividem-se em autoritários e totalitários.



No regime ditatorial autoritário é o poder político exerce um certo controlo sobre a sociedade civil, sendo, no entanto, possível manter um determinado grau de autonomia.

No regime ditatorial totalitário o poder político subjuga a sociedade civil.

Regime democrático

O regime democrático tem as seguintes características: Não existe uma ideologia dominante; não existe um órgão para impor a ideologia; Há garantia dos direitos pessoais dos cidadãos; existe livre participação na designação dos governantes; Há controlo do exercício das funções dos governantes.

Sistemas de governo

Caro aluno, acabou de estudar os regimes políticos. Aprendeu que existem regimes ditatoriais com as suas características específicas, e aprendeu também as características dos regimes democráticos. Agora você vai estudar os sistemas de governo. Mas em que consiste o regime político?

Sistema de governo concerne a titularidade e á estruturação do poder político, com a finalidade de determinar os seus titulares e os órgãos estabelecidos para o seu exercício.

Os sistemas de governo também dividem-se em ditatoriais e democráticos.

O governo ditatorial- é aquele em que o poder político é detido por uma pessoa ou por um conjunto de pessoas que exercem por direito próprio, sem que haja participação ou representação da pluralidade dos governados.

O sistema de governo ditatorial subdivide-se em monocrático e autocrático:

Monocrático – Quando o poder é exercido por um órgão singular.

Autocrático - Quando o poder é exercido por órgão colegial, por um grupo ou por um partido político.

Sistema de governo democrático – classifica-se em directo, semidirecto e representativo de acordo com a participação dos governados no exercício do poder político.

Democrático directo - A assembleia –geral dos cidadãos exerce integralmente as suas funções.

Democrático semi - directo – A constituição prevê a existência de órgãos representativos da soberania popular através de um referendo.



Democrático representativo – o poder político pertence à colectividade e é exercido por órgãos que actuam por autoridade em nome dele e tendo por titulares indivíduos escolhidos com intervenção dos cidadãos que a compõem.

Resumo



Resumo

Nesta lição você aprendeu que:

- Os regimes políticos classificam-se em ditatoriais e democráticos.
- Os sistemas de governo também em ditatoriais e democráticos.
- sistema de governo ditaorial subdivide-se em monocrático e autocrático.
- O sistema de governo de democrático classifica-se em directo, semidirecto e representativo.



Actividades



Actividades

Vamos resolver juntos o exercício que segue:

I

1. Enuncie duas características do regime político ditatorial.
2. Enuncie duas características do regime político democrático.

Conseguiu responder a todas perguntas? Claro que sim! Agora consulte a chave de respostas que lhe é dada de seguida!

1. **R1:** Duas características dos regimes políticos ditatoriais: há imposição da ideologia; não há fiscalização sobre o trabalho dos governantes.
2. **R2:** Duas características do regime político democrático: há participação na escolha dos governantes por parte do cidadão; não existem ideologias dominantes.

Vamos resolver juntos o exercício que segue:

II

1. Em que consiste o sistema de governo ditatorial monocrático?
2. Em que consiste o sistema de governo democrático representativo?

Conseguiu responder a todas perguntas? Claro que sim! Agora consulte a chave de respostas que lhe é dada de seguida!

1. **R1:** O sistema de governo ditatorial monocrático consiste em ser exercido por um só indivíduo.
2. **R2:** O sistema de governo representativo consiste em a colectividade exercer o poder escolhendo um grupo de indivíduos que exerçam o poder em nome de todos.



Avaliação



Avaliação

Reponda as questões com base na lição que acabou de estudar.

1. Como se dividem os sistemas políticos?
2. O que é um regime político?
3. Dê três características do regime político ditatorial.
4. Como se divide o sistema de governo democrático?
5. Em que consiste o sistema de governo democrático directo?

Respondeu correctamente! Agora compare as suas respostas com as soluções do fim do módulo.



Soluções

Lição 1

1. Opção certa é - C.
2. Opção certa é - C.
3. Aristóteles define política como arte de governar ou ciência do governo.
4. O poder político é a faculdade que o povo possui de, por autoridade própria, instituir órgãos que exerçam a governação de um território e nele criem e imponham normas jurídicas, dispondo de meios de coação.

Lição 2

1. Comportar-se eticamente em política significa levar todas as suas actividades à luz da moral. Que nenhuma acção seja feita fora dos parâmetros éticos e morais, significa que todas as suas acções devem ser moralmente justificáveis.
2. De facto há uma relação entre a moral e a política, visto que a política enquanto arte de boa governação deve estar assente nas bases morais, o contrário, todo o projecto de boa governação sem bases morais vai para baixo.
3. Resposta
 - i. A opção certa é- B.
 - ii. A opção certa é - B
4. Governo é o conjunto de pessoas que detém cargos oficiais e que exerce autoridade em nome do Estado.

Lição 3

1. a) F
b)F



c)V

d)F

2. A opção correcta é a)

Lição 4

- Três poderes que separa o Estado:
 - LEGISLATIVO- tem a tarefa de estabelecer as leis.
 - EXECUTIVO- tem a tarefa implementar as leis.
 - JUDICIAL- tem a missão de punir os transgressores da lei.
- A separação dos poderes visa garantir que ninguém esteja acima da lei. Todos devem cumprir as leis.
- As funções do Estado são: segurança, justiça e bem-estar.

Lição 5

- A contribuição que os sofistas deram para a política é a seguinte: foram os primeiros a elaborar e a legitimar o ideal democrático, cuja principal característica era a liberdade de expressão. A maior virtude para os sofistas era a justiça. Todo o cidadão tinha direito de exercício do poder e participação no debate público.
- Para Platão, a origem do Estado é convencional. Porque para ele o homem não é um auto-suficiente. Ninguém pode ser ao mesmo tempo, professor, advogado, mecânico. Para satisfazer todas as suas necessidades, o homem deve associar-se a outros homens e dividir com elas as suas ocupações.
- A classe dos guardas, sendo estes fortes, robustos e corajosos, têm a missão de defender a pátria.
 - Quem deve governar segundo Platão é o filósofo – rei, porque os filósofos procuram saber mais; eles governam com sabedoria e são capazes de estabelecer leis justas.
- A origem do Estado em Platão é diferente da de Aristóteles. A diferença é que Platão diz que a origem do estado é convencional, é o resultado da não auto-suficiência dos indivíduos, precisando assim dos outros para se completar, enquanto que para Aristóteles a origem do Estado é natural, visto



que o homem é por natureza um animal político, vive na polis(cidade, na relação com os outros).

5. O fim último do Estado em Aristóteles é proporcionar a felicidade para os cidadãos. Esta felicidade traduz-se na criação das condições para o bem comum dos mesmos.

Lição 6

1. Santo agostinho na sua obra «Cidade de Deus», fala da Cidade de Celeste e da cidade Terrena.
2. Entre estas duas cidades a humanidade encontra-se na Cidade Terrena.
3. A característica da cidade Terrena é de ódio, vingança, ambição.
4. A obra política do Tomás de Aquino é «o Governo dos Príncipes».
5. Tomás de Aquino diz que Estado é uma sociedade perfeita porque tem um fim próprio – o bem comum. Ele diz que O Estado tem meios suficientes para proporcionar um modo de vida que permite a todos os cidadãos de ter aquilo que necessitam para viver como homens.
6. A melhor forma de governação segundo Tomás de Aquino é a Monarquia Constitucional.

Lição 7

1. Os nomes dos filósofos contratualistas da época moderna são: Thomas Hobbes, John Locke e Jean-Jacques Rousseau.
2. Segundo Hobbes, quando o cidadão renuncia os seus direitos entregando a um único soberano, este soberano tem poderes absolutos diante de todos os cidadãos. É ele sozinho que elabora as leis e manda que os outros cumpram.
3. O Estado contratual em Locke, o cidadão delega os seus direitos a autoridade (comunidade). É esta comunidade que vai estabelecer as leis para punir os transgressores das leis e assim, protegendo os direitos dos cidadãos.
4. Segundo Locke, propriedade privada é aquilo que é o fruto do seu trabalho.



5. Em Locke temos os primeiros sinais da democracia moderna visto que quem estabelece as leis não é uma pessoa, mas a comunidade. E mais, se o governante começar a comportar-se de forma tirânica, a comunidade pode destituí-lo do poder.
6. Em Rousseau no seu Estado contratual, o cidadão é soberano. Todo o povo é quem manda no Estado, isto é, o cidadão elabora as leis e cumpre as mesmas leis. Por isso ele diz que o cidadão é súbdito e legislador ao mesmo tempo.
7. A corrupção dos valores morais no Estado natural de Rousseau deve-se à ambição, à cobiça ao desejo, às necessidades e ao temor.
8. Para alcançar a categoria de cidadão segundo Rousseau, a este indivíduo deve ser introduzido a moral, a educação, o trabalho. Sendo assim, ele passa a não ser um simples Homem, mas um cidadão.

Lição 8

1. “O príncipe” deve ser mau e bom ao mesmo tempo, deve ser amado e temido ao mesmo tempo, se não conseguir fazer isso ao mesmo tempo, deve optar por ser temido, visto será dessa forma que conseguirá os seus objectivos.
2. O Príncipe em Maquiavel é aquele que governa.
3. Leis positivas em Montesquieu são leis estabelecidas pelo Homem, aquelas em que é o próprio Homem que faz para o seu próprio ordenamento.
4. Segundo Montesquieu, o poder judicial tem a função de punir os transgressores das leis.
5. Segundo Montesquieu, as leis da natureza são:
 - Igualdade de todos os seres inferiores.
 - Procura de alimentação.
 - Encanto entre seres de sexo diferente.
 - Desejo de viver em sociedade (para os homens).



Lição 9

1. A ideia principal que John Rawls quer deixar é que se deve fazer a justiça na distribuição dos bens. Uma teoria de justiça, que é a sua obra requer que a distribuição dos bens seja por igual. É por isso que ele fala de justiça equitativa.
2. «véu de ignorância».significa em Rawls ausência de todo o tipo de conhecimento sobre as classes sociais, o poder económico, o grau de inteligência, a força e a noção do bem.
3. Os dois princípios enunciados por Rawls são: Princípio de diferença e princípio de igualdade.
4. Popper critica o historicismo de Hegel porque fomenta uma política fechada, petrificada e totalitária.
5. Um dos inimigos da sociedade aberta é Platão porque ele teorizou uma política baseada nas diferenças de classes sociais, em que só uma classe, os magistrados, deve governar, não dando a possibilidade de outras classes intervirem na política.
6. A diferença existente entre a sociedade fechada e aberta é que na aberta há liberdade de expressão, debate de ideias, chega-se à conclusão sem violência, enquanto na sociedade fechada as ideias são fechadas, não há circulação de ideias, tudo está nas mãos de um, e por isso o sistema é totalitário.

Lição 10

1. Os sistemas políticos dividem-se em regimes políticos e sistemas de governo.
2. Regime político refere-se às relações que existem entre o indivíduo e a sociedade política, que implementa as suas ideologias.
3. As três características do regime ditatorial são: Não há liberdade de expressão; não há fiscalização na governação; há imposição de normas.
4. O sistema de governo democrático divide-se em democrático directo, semidirecto e representativo.
5. O sistema de governo democrático directo consiste na assembleia geral dos cidadãos exercer integralmente as suas funções.



Teste Preparação de Final de Módulo

Introdução

Este teste, querido estudante, serve para você se preparar para realizar o Teste de Final de Módulo no CAA. Bom trabalho!

Leia atentamente as perguntas que se seguem e tente respondê-las sem consultar as lições dos módulos. Nas questões de escolha múltipla, coloque apenas um traço transversal na alternativa correcta ou circunscreva a letra correspondente a alternativa correcta.

Exemplo: ~~A~~ ou



1. Complete a afirmação que se segue com a alínea correcta.

A expressão grega «polis», tem o significado de...

- A. Cidade. B. Aldeia. C. Bairro. D. Comunidade.

2. Complete a afirmação que se segue com a alínea correcta.

Guiar-se com base na ética, significa que o político...

- A. Comporte-se como quer B. Comporte-se eticamente.
C. Maltrate o seu povo. D. Não se interesse do seu povo.

3. Assinale com X a resposta correcta

Qual é o elemento comum entre a ética e a Filosofia política?

- A. Cada uma fala de uma área diferente da outra.
B. Ambos falam da própria política.



C. Só a política é que fala da filosofia política.

D. Só a filosofia política é que fala da política.

4. Complete a afirmação que se segue com a alínea correcta.

Os elementos do Estado são:

A. Estado, Governantes, governados.

B. Governados, Constituição, Estado.

C. Presidente, Estado, presidente.

D. Governantes, governados, Constituição.

5. Complete a afirmação que se segue com a alínea correcta.

A função do Estado é de...

A. Manter o poder político.

B. Garantir a paz e o poder político.

C. Garantir a paz, segurança e justiça.

D. Manter a ideologia que vigora no partido no poder.

6. Complete a afirmação que se segue com a alínea correcta

Uma das formas de participação do cidadão na vida política é...

A. Evitar votar partidos da oposição.

B. Não votar o partido no poder.

C. Exercer o seu direito cívico de eleger e ser eleito.

D. Não votar a ninguém.

7. Complete a afirmação que se segue com a alínea correcta.

Fazer parte da vida política do seu país é ser...

A. Cidadão mal comportado.

B. Participante na vida política do seu país.

C. Ignorante dos programas do seu país.

D. Descontentes com as políticas do seu país.



8. Responda à questão que se segue com a alínea correcta.

Quando é que foi proclamada a declaração universal dos direitos humanos?

- A. 10 de dezembro de 1955.
- B. 11 de dezembro de 1948.
- C. 11 de Novembro de 1948.
- D. 10 de Dezembro de 1948.

9. Complete a afirmação que se segue com a alínea correcta.

Os sofistas foram os primeiros que começaram esboçar uma política do sistema...

- A. Ditatorial. B. Monárquico. C. democrático. D. Absolutista.

10. Complete a afirmação que se segue com a alínea correcta.

Para Platão quem deve governar é ...

- A. Príncipe. B. Filósofo-rei. C. Rei absoluto. D. Democrata.

11. Assinale com X a alínea correcta

Na sociedade platónica, temos ...

- A. Uma classe.
- B. Cinco classes.
- C. Duas classes.
- D. Três classes.

12. Complete a afirmação que se segue com a alínea correcta.

Para Aristóteles, o Homem por natureza é um animal político porque...

- A. É egoísta. B. È selvagem. C. É ser social. D. É irracional.

13. Complete a afirmação que se segue com a alínea correcta.

Para aristóteles a melhor forma de governação é...



A. Monarquia. B. A Polítia. C. A democracia. D. Oligarquia.

14. Complete a afirmação que se segue com a alínea correcta.

A obra onde se encontra o pensamento político de santo Agostinho é...

- A. Leviañã.
- B. Cidade de Deus.
- C. Príncipe.
- D. Dois tratados sobre o Governo.

15. Complete a afirmação que se segue com a alínea correcta.

A obra política de Thomas Hobbes é...

- A. Leviathã.
- B. Príncipe.
- C. Cidade de Deus.
- D. Uma teoria de justiça.

16. Complete a afirmação que se segue com a alínea correcta.

Montesquieu é famoso na sua teoria sobre...

- A. Ditadura.
- B. Democracia.
- C. Separação de poderes.
- D. Separação dos partidos.

17. Complete a afirmação que se segue com a alínea correcta.

Para Rousseau, o homem no Estado natural vive uma situação de...

- A. Guerra. B. Inocência. C. Indiferença. D. Inimizade.

18. Complete a frase seguinte com a alínea correcta.

Uma das funções do Estado é...



- A. Negociação
- B. Justiça.
- C. Conflito.
- D. Amor entre os cidadãos.

19. Marque com X a alínea correcta

Três poderes encontram-se num Estado de direito:

- A. Poder maioritário, hereditário, monárquico.
- B. Poder legislativo, executivo, minoritário.
- C. Poder hereditário, executivo, judicial.
- D. Poder executivo, legislativo, judicial.

20. Marque com X a alínea correcta.

As três classes sociais em Platão são:

- A. Explorados, trabalhadores, explorados.
- B. Trabalhadores, guardas, explorados.
- C. Guardas, explorados, magistrados.
- D. Trabalhadores, guardas, magistrados.

Fim!!!



Guia de correcção do teste de preparação

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	Total
A	B	B	D	C	C	B	D	C	B	D	C	B	B	A	C	B	B	B	D	
1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	20 Valores